

Os eternos movimentos (in)disciplinares entre a História e as Relações Internacionais: a importância do pensamento histórico

The eternal (in)disciplinary movements between History and International Relations: the importance of historical thought

Pedro Emanuel Mendes ^a

E-mail: pemanuelmendes@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6321-8344> 

^a Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto Português de Relações Internacionais Lisboa, Portugal

RESUMO

Este artigo analisa os fundamentos historiográficos e teórico-metodológicos da relação (in)disciplinar entre a História e as Relações Internacionais (RI). Por meio de uma interpretação historiográfica, identifica os principais movimentos de afastamento e aproximação da História face às RI. O artigo tem dois objetivos fundamentais. O primeiro é demonstrar que, embora a História tenha um papel central na imaginação teórica da disciplina das RI, sua importância foi variável e refletiu os diferentes momentos políticos e científicos do seu nascimento, autonomização e maturidade. O segundo é problematizar as pontes e fronteiras entre as duas disciplinas, sublinhando a importância que o *pensamento histórico* tem para a análise das relações internacionais. O seu principal argumento é que o retorno do *pensamento histórico* à disciplina das RI mitiga as limitações a-históricas e sociais do neopositivismo dominante e aumenta a sofisticação da compreensão reflexiva do estudo das relações internacionais.

PALAVRAS-CHAVE

Historiografia do século XX; Interdisciplinaridade; Teoria e História da Historiografia.

ABSTRACT

This article analyzes the historiographic and theoretical-methodological foundations of the (in)disciplinary relationship between History and International Relations (IR). The main movements of distance and approach between History and IR are identified via historiographic interpretation. The article has two fundamental objectives. The first is to demonstrate that, although History holds central importance in IR theoretical imagination as a discipline, its importance was variable and reflected the different political and scientific moments of the field's birth, autonomy, and maturity. The second is to problematize the bridges and boundaries between the two fields, underlining the importance of historical thought to analyze international relations. The article's central argument is that the return of historical thought to the IR discipline mitigates the a-historical and a-social limitations of neopositivism's dominance and sophisticates the reflexive understanding of the study of international relations.

KEYWORDS

Historiography of the twentieth century; Interdisciplinarity; Theory and History of Historiography.

Introdução

A relação entre a História e as Relações Internacionais (RI) é inquestionável e é assumida tanto por historiadores quanto por cientistas políticos das RI. Todavia, o tipo de relação já é mais discutível. Uns assumem que deve ser um casamento perfeito com uma relação de cumplicidade complementar, baseada na igualdade e respeito mútuo das suas diferenças identitárias. Outros assumem que deve existir uma relação de amizade circunstancial, que não deve ultrapassar as fronteiras da sã convivência e cordialidade em ocasiões particulares. Existem ainda os mais pessimistas, que estão convencidos de que, como em todas as relações, mais tarde ou mais cedo, as diferenças se tornam insuperáveis e cada uma das disciplinas deve seguir o seu caminho, relativamente divorciada.

Para além dessas disposições emocionais face à relação entre as duas disciplinas, existe o decisivo fator de poder corporativo-institucional na demarcação científico-disciplinar. Como notaram Foucault (1979; 1980) e Bourdieu (1976; 1984; 1989) essa demarcação disciplinar tende a construir muros institucionais e simbólicos que funcionam como “campos” no sentido bourdiano. Sobretudo na origem da invenção das disciplinas, mas não só, existem vários debates e disputas metodológicas e institucionais que implicam jogos de poder acadêmico e paradigmático. Esses jogos são caracterizados por processos históricos de imposição de micro e macro poderes relativos à institucionalização e à disciplinação das diferenças e autonomias institucionais dos diferentes campos científicos.

Finalmente, não podemos esquecer que o processo de globalização contemporâneo é também caracterizado por uma explosão global e exponencial de universidades e de consequentes programas de investigação. Esse processo implica, de forma simultânea, a (re)produção das identidades disciplinares consolidadas e a produção de novas e híbridas identidades disciplinares, que é ainda intensificada pelos micro-movimentos de especialização disciplinar no interior das próprias disciplinas. Da mesma forma que a globalização produziu impactos na tradicional territorialização das fronteiras, tornando-as mais permeáveis e interdependentes, também as fronteiras das disciplinas científicas se tornaram mais difusas e transdisciplinares.

Partindo dessa problemática, este artigo analisa as relações interdisciplinares entre uma disciplina antiga, a História, e uma disciplina jovem, as Relações Internacionais. O artigo desenvolve uma leitura historiográfica das origens e desenvolvimentos principais dessa relação disciplinar, sublinhando os eternos movimentos de aproximação e diferenciação entre as duas disciplinas. Para além de uma identificação historiográfica dos principais marcos históricos e teórico-metodológicos da relação entre a História e as Relações Internacionais, o artigo sublinha o impacto que a invenção das RI teve na

afirmação de uma História das RI, bem como a importância da imaginação histórica para as RI.

O artigo está organizado em quatro seções. Na primeira, fazemos uma contextualização da origem das relações internacionais e das suas primeiras abordagens históricas com impacto na invenção da disciplina das RI. Na segunda, analisamos a influência da invenção dessa disciplina na sua relação dialética com a História e consequentes movimentos e debates disciplinares ao longo do século XX, nomeadamente da invenção da escola europeia da História das RI. Essa análise é baseada numa interpretação historiográfica dos contributos dos historiadores que pensaram as relações internacionais e sua relação com a Teoria das RI. Na terceira, analisamos o movimento de diferenciação que a solidificação das RI provocou face à História e apresentamos os principais contributos do mundo anglo-saxónico para o debate (in)disciplinar entre a História e as RI, com destaque para uma visão historiográfica dos principais marcos que tentaram desenvolver pontes entre as duas disciplinas e identificaram suas diferenças e fronteiras. Finalmente, na quarta, desenvolvemos uma análise sobre o atual movimento de retorno da História às RI, problematizando a importância do que designamos de *pensamento histórico* para o estudo desta disciplina.

O artigo procura compreender e contextualizar os movimentos pluridirecionais que se desenvolvem entre a História e as RI e apresenta dois argumentos principais. Primeiro, defende que não é possível compreender os movimentos relacionais entre a História e as RI sem os interligarmos com a evolução histórica do *Zeitgeist* político e científico. Em seguida, apresenta um argumento que perpassa como fio condutor ao longo do artigo: a disciplina das RI sem História não é precisa, mas o *pensamento histórico* é preciso nas RI.

A invenção das Relações Internacionais e sua interrelação com os movimentos da História das Relações Internacionais: origens históricas

A disciplina das Relações Internacionais (RI) está profundamente imbricada com a disciplina da História. Primeiro, porque sua origem está ligada à História. Segundo, porque sua autodeterminação disciplinar e posteriores evoluções teórico-paradigmáticas só podem ser compreendidas de forma relacional com a (H)história. A invenção da disciplina das RI é o produto de um duplo legado histórico. Primeiro da História como disciplina e metodologia e depois como produto de importantes acontecimentos históricos que marcam sua invenção (MENDES, 2014; 2019a; 2020a; SCHMIDT; GUILHOT, 2019).

Como Buzan e Little (2000) explicam, existiu um longo processo de desenvolvimento de sistemas pré-internacionais até a constituição de sistemas internacionais. As relações internacionais, aqui entendidas como o início do processo de relacionamento entre diferentes atores coletivos com “*capacidade de interação*” se inicia perto do ano 10.000 a.C. (BUZAN; LITTLE, 2000, p. 140-162). Foi nesse período que as unidades políticas que viviam em sistemas pré-internacionais – bandos, tribos e chefaturas – iniciaram um processo de transição de atores desterritorializados para unidades territorializadas. Posteriormente, sobretudo nos últimos 5.000 anos a.C., surgiram novas unidades políticas – cidades-estado e impérios –, originando a complexificação da questão das fronteiras e das conquistas territoriais (BUZAN; LITTLE, 2000). A análise e discussão histórica das relações entre atores autônomos e competitivos – cidades-estados, impérios, reinos, e depois estados-nação – existe há muitos séculos. Desse modo, podemos dizer que a História foi, simultaneamente, a primeira metodologia e disciplina que se dedicou ao seu estudo.

Contudo, na historiografia canônica das RI, é geralmente assumido que as relações internacionais e o sistema internacional terão tido seu marco inicial em 1648. Essa visão tradicional e soberanista, embora não completamente verdadeira, foi dominante nos anos fundacionais na disciplina das RI e reflete a hegemonia da visão euro-ocidental que marcou a leitura da história das relações internacionais. Nessa visão, o Tratado de Vestefália de 1648 instituiu o reconhecimento do princípio universal da soberania e um sistema internacional de Estados. É impossível negar a utilidade pedagógica de Vestefália para explicar a consolidação do sistema de Estados na Europa, mas não devemos confundir 1648 com o início dos sistemas internacionais, uma vez que estes já existiam anteriormente. Embora só a partir do século XVII é que os Estados na Europa se solidificam, gerando um sistema internacional competitivo, existiram sistemas internacionais anteriores a 1648. Na Idade Média já existiam sistemas com unidades políticas territorializadas, a começar por Portugal a partir do século XII. No caso português, o quadro geopolítico em que se move e insere a política externa de Portugal nesse período é o quadro peninsular ibérico (MACEDO, 1987; TEIXEIRA, 2015). Outro exemplo clássico é o estabelecimento de um sistema internacional do Mediterrâneo por volta do século IV a.C. (BUZAN; LITTLE, 2000, p. 98-100), ou ainda os sistemas internacionais não europeus existentes entre os séculos XV e XIX (SUZUK; ZHANG; QUIRK, 2014; ZARAKOL, 2022).

As raízes da disciplina das RI estão ligadas às primeiras tentativas de escrever a história dos reinos e impérios e das suas relações. Os problemas relacionados com a convivência entre os povos e as questões ligadas à paz e à guerra foram objeto de reflexão histórica desde as primeiras civilizações. No Ocidente, podemos destacar os nove livros das *Histórias* de Heródoto, narrando a origem das Guerras Médicas (Guerras Medo-Persas), os seis livros das *Histórias* de Políbio e, acima de todos, a História da

Guerra de Peloponeso de Tucídides. Noutro contexto, Sun Tzu também estudou as estratégias político-militares no Oriente quando escreveu *A Arte da Guerra* e no mundo islâmico importa destacar a visão do historiador árabe Ibn Khaldun.

Essas obras são marcos clássicos na história e teoria das RI (LUARD, 1992). Todas essas originais análises dos fenômenos internacionais faziam apelo à perspectiva histórica. Em última análise, a História foi a primeira disciplina, *avant la lettre*, a estudar as relações internacionais. Em sentido lato, a História política é a primeira disciplina a se dedicar ao estudo das relações internacionais. Depois, em sentido mais estrito é o Direito Internacional, já no século XVI, que se seguiu à subdisciplina da História Diplomática.

No século XX, a par das RI, a própria História se especializou na análise das relações internacionais e consolidou uma História das RI. Todavia, devido à necessidade de emancipação durante seu processo histórico-institucional de autonomização, as RI desenvolveram vários choques disciplinares com a História e com visões mais tradicionais (humanísticas) de estudar as relações internacionais, que culminaram com “o segundo grande debate” (MENDES, 2012). Em defesa da visão tradicional, Bull sublinhou a importância e virtudes do método histórico para analisar as relações internacionais. Contudo, também argumentou que o conhecimento histórico em RI deve apelar à teorização (BULL, 1966).

Ao contrário da História, a disciplina das RI só emerge no início do século XX no mundo anglo-saxônico. É aqui que têm lugar as primeiras cátedras de RI e nascem os primeiros *Think Tanks* e departamentos universitários com graduação e pós-graduação em RI (MENDES, 2019a). Embora na Europa Continental já se estudassem as relações internacionais, é no mundo anglo-saxônico que as RI ganham os contornos de disciplina autônoma. Por razões políticas, históricas e institucionais, as RI ganham sua emancipação no quadro da autonomização e afirmação das Ciências Sociais nos EUA. A nova potência necessitava de conhecimento útil para sua liderança hegemônica na construção da ordem liberal do pós-guerra (MENDES, 2020a).

Na sua origem, as RI foram impulsionadas pelo movimento internacionalista liderado por Wilson, mas foi com o início da Guerra Fria que as correntes realistas e neo-científicas dominaram a formação e desenvolvimento das RI. Apesar de vários movimentos contra-behavioristas, as RI se afirmaram como uma disciplina das Ciências Sociais com uma lógica dominante neopositivista (MENDES, 2020a). A invenção das RI foi um processo social, histórico e disciplinar liderado pelo mundo anglo-americano, em especial dos EUA, o que resultou na constituição das RI como uma “ciência social norte-americana” (HOFFMAN, 1977). Na Europa também existiram importantes centros de

estudo das RI, mas não houve uma preocupação em torno de consolidar sua autonomia na ótica de uma nova ciência social (MENDES, 2019a).

Teóricos e Historiadores das Relações Internacionais na Europa Continental: a escola francesa e a Commission d'Histoire des Relations Internationales

Na Europa Continental existiu um importante movimento disciplinar da História em direção às RI que consolidou uma escola histórica da disciplina. Esse movimento teve especial importância na França e foi liderado pelo historiador Pierre Renouvin a partir da década de 1930. Renouvin (1957-58) promoveu a evolução da tradicional História Diplomática para a História das Relações Internacionais. Em colaboração com Jean-Baptiste Duroselle (1952), Renouvin sistematizou um novo pensamento para estudar as relações internacionais, de que sobressaem duas ideias centrais: as *forças profundas* e os *homens de Estado* (RENOUVIN; DUROSELLE, 1991).

Para estudar as relações internacionais e a política externa, os historiadores não poderiam ficar limitados ao estudo das fontes e personalidades dos ministérios dos negócios estrangeiros e à correspondência diplomática. Para Renouvin era necessário compreender as “forças profundas” e relacioná-las comparativamente com os contextos históricos de cada decisor, Estado e conjuntura histórica internacional particular (RENOUVIN, 1957-58; 1964; RENOUVIN; DUROSELLE, 1991).

A sua visão inspirará seu discípulo, Jean-Baptiste Duroselle, a escrever outra obra de referência: *Tout empire périra, théorie des relations internationales* (1992). Aqui, o historiador francês reúne alguns dos melhores argumentos sobre a relação entre a teoria e história das relações internacionais e demonstra a possibilidade de apresentar teorizações com base na História. Para Duroselle, as RI devem, simultaneamente, se concentrar na observação e compreensão das “regularidades” históricas e das “regras temporárias”. Na sua visão existem regularidades históricas que traduzem semelhanças ligadas à própria natureza do *homo sapiens* que parecem transcender as épocas (DUROSELLE, 1992, p. 358).

Essas regularidades expressam analogias e correspondências entre conjuntos de acontecimentos ao longo da história das civilizações que permitem diagnosticar “forças profundas”. Mas, só por meio de um profundo conhecimento histórico é que se pode perceber as “forças profundas” das relações internacionais. Como sublinha: “l'étude scientifique des relations internationales ne peut se fonder que sur la matière fournie par l'histoire” (DUROSELLE, 1992, p. 22).

Por outro lado, a História não pode fugir ao seu objeto de estudo principal: o acontecimento singular e datado, “Il n’y a pas d’histoire sans événements” (DUROSELLE, 1992, p. 19). Todavia, a História não se limita a identificar os acontecimentos. Em RI, devemos estudar os contextos e acontecimentos históricos particulares e únicos de cada situação, tendo em conta a possibilidade de analisá-los à luz de modelos e construções teóricas abstratas. É esta análise que permite encontrar regularidades, identificar as “forças profundas” e compreender o que Duroselle designa de “recettes”.

Essas “receitas” são prescrições/recomendações relativamente intemporais no jogo político internacional e equivalem a características e práticas que teóricos, historiadores e praticantes devem ter em consideração na análise das relações internacionais (DUROSELLE, 1992, p. 277-283). Duroselle sintetiza as “receitas” por meio de quatro exemplos. Em primeiro lugar: a função da informação. A obtenção de informações e seu uso adequado é essencial. A informação disponível sobre os atores e a ordem do sistema internacional são fatores cruciais para o sucesso em política internacional. Em segundo lugar: a iniciativa e a imaginação. Os atores internacionais e suas lideranças devem ser criativos e ter espírito de iniciativa. Essas qualidades estimulam a confiança e ajudam a desenvolver e a melhorar as capacidades e a arte da negociação. Em terceiro lugar, Duroselle sublinha que, ao contrário da vida privada, na política internacional não existem realidades imutáveis. Inimigos circunstanciais podem se tornar amigos e vice-versa. Na arte da negociação internacional, os atores devem evitar considerações de natureza pessoal e ter consciência da competição de interesses, mas igualmente das possibilidades de ajustamentos táticos. A política internacional encerra negociações e ajustamentos permanentes, em que os atores devem negociar honestamente, evitando abusos, mas sem ingenuidade. Por último: a confiança. Independentemente do tipo de regimes e de liderança, a confiança é um atributo essencial nas relações internacionais. Os atores devem honrar sua palavra. Uma vez definida a sua posição, os outros atores com que o Estado se relaciona devem ter total confiança no cumprimento da sua decisão. A confiança é um ativo essencial em política internacional e na arte da diplomacia (DUROSELLE, 1992, p. 277-290).

Para compreendermos a política externa, não podemos isolar o Estado e suas elites decisoras das sociedades e contextos históricos em que atuam. É fundamental compreender a ponderação do “cálculo” e do “risco” dos decisores no seu contexto histórico (DUROSELLE, 1992). Todos os fatores e “forças profundas” das relações internacionais devem ser compreendidas no quadro da sua historicidade. Em especial a dinâmica histórica da essência e acumulação de poder dos impérios. Na sua ótica, o principal fator explicativo dessa dinâmica é a capacidade de desenvolver e acumular *poder/potência*. O sistema internacional é composto pela interação de Estados com diferentes graus de *potência*. Alguns, com grandes capacidades e potencial de poder,

se transformam em impérios. Contudo, todos os impérios têm um ciclo de vida e de morte. Na sua Teoria sobre a “Vida e Morte dos Impérios” (DUROSELLE, 1992, p. 253), Duroselle analisa as origens e o desenvolvimento dos impérios, sublinhando que todos os impérios têm um fim.

Numa época em que o neopositivismo anglo-americano dominante das RI desdenhava o conhecimento histórico e buscava leis explicativas para o objeto da disciplina, Duroselle sublinhou que, em RI, não é possível adotar os mesmos procedimentos metodológicos e epistemológicos das ciências naturais. Ao contrário das ciências naturais, em ciências sociais a interpretação e a reflexividade tornam muito difícil a obtenção de leis unânimes (DUROSELLE, 1992, p. 18).

Duroselle adverte que as Humanidades não podem utilizar a mesma racionalidade universalista das ciências naturais. Porém, apesar de os historiadores se concentrarem na compreensão e interpretação de acontecimentos únicos e datados, isso não elimina a possibilidade de teorização. Os acontecimentos podem e devem ser analisados como fenômenos (DUROSELLE, 1992, p. 18-19). A capacidade da História em captar a temporalidade oferece um ângulo de visão indispensável à Teoria (leia-se RI). Embora seu objetivo primeiro não seja a elaboração de modelos explicativos gerais, a História das RI, mesmo quando centrada na descoberta de acontecimentos únicos, deve enquadrá-los numa interpretação teórica.

Duroselle apresenta uma “teoria empírica”, assim denominada porque é baseada na História e fundada sobre a investigação de acontecimentos; mas também uma teoria “evolutiva” e “metódica”, por ser centrada na análise da sucessão dinâmica dos acontecimentos e na teorização das suas analogias e regularidades (DUROSELLE, 1992, p. 33). Ele concorda que o estudo das relações internacionais não se pode limitar ao trabalho dos historiadores, devendo apelar a outros conhecimentos disciplinares. Todavia, sublinha que, não raras vezes, os teóricos das RI abusam da História, usando de forma descontextualizada casos históricos para comprovarem suas teorias (DUROSELLE, 1992, p. 23).

Para além de uma crítica construtiva ao uso da História pelos teóricos das RI, Duroselle também aponta lacunas e preconceções que limitam o trabalho dos historiadores. Aquilo que sintetiza em quatro “fantasmas” analíticos, a saber: o abuso excessivo da explicação histórica com base na luta de classes; o recurso à “escolástica e à glosa”; a criação das “essências”, ou seja, a “reificação” dos conceitos; e a fé excessiva na quantificação, o “matematiquismo” (DUROSELLE, 1992, p. 24-30).

Apesar de demonstrar grande familiaridade com os teóricos anglo-saxônicos, Duroselle recomenda que os acadêmicos europeus não se rendam ao exercício de mimetizarem essas abordagens, nem de se guiarem apenas pelas agendas teóricas norte-americanas.

Duroselle argumenta que a História tem por base a identificação e compreensão do acontecimento único e datado, enquanto a teoria aspira à generalização e modelização abstrata. Todavia, a teorização não é possível sem a História. A escola francesa reconhece as diferenças metodológicas e epistemológicas das perspectivas analíticas da História e das RI, e desenvolve uma abordagem assente num movimento de aproximação da História à Teoria – leia-se à disciplina das RI –, mas sempre sublinhando o papel insubstituível da História.

Para além da dupla Renouvin-Duroselle, outros historiadores europeus desenvolveram movimentos disciplinares em direção às RI. Um dos mais importantes foi o historiador italiano Brunello Vigezzi, professor na Universidade de Milão, que fundou o Instituto de Estudos de Política Externa e Opinião Pública e foi um dos impulsionadores da criação da Comissão de História das Relações Internacionais (Commission d'Histoire des Relations Internationales – CHRI) filiada no Comitê Internacional de Ciências Históricas (Comité International des Sciences Historiques – CISH).

A CHRI foi criada no início dos anos 1980, em torno de Brunello Vigezzi e René Girault, professor na Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne. A CHRI se integrava na missão da solidificação de uma História das RI liderada por Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, cujo marco fundacional foi a publicação, em 1964, da *Introduction à l'Histoire des Relations Internationales* (RENOUVIN; DUROSELLE, 1964).

Logo após o marco francês, Vigezzi (1966) publica um livro inovador sobre a política externa de Itália em que avança uma renovação teórica e metodológica do estudo da política externa na ótica da nova História das RI. Anos depois, Vigezzi (1991) apura e desenvolve a sua visão, apresentando uma das melhores análises da política externa italiana até a data. Mais recentemente, publicou uma história da Escola Inglesa (VIGEZZI, 2005), em que conjuga pormenores dos contextos históricos com uma análise do ambiente intelectual dos acadêmicos britânicos. Voltou ainda à política externa italiana, em que faz uma análise interligada da política interna e política externa da Itália na Primeira Guerra Mundial (VIGEZZI, 2017).

Quanto à relação entre a Teoria e História das RI, Vigezzi começa por sublinhar que a História e a Teoria das RI são uma criação do século XX, no período de entre guerras e particularmente no pós-guerra, momento em que a política internacional se começou a

transformar e entrou na fase “mundial” (VIGEZZI, 1992, p. 330). Vigezzi (1992, p. 330) ainda recorda que é usual ambas as disciplinas assumirem uma posição pessimista e defensiva sobre as possibilidades de colaboração. Muitas vezes, de forma pouco rigorosa, é construída uma percepção em que historiadores e teóricos das RI trabalham em territórios distintos. Essa percepção dicotômica é apenas ultrapassada quando, de forma utilitária, os investigadores lançam incursões rápidas no outro campo disciplinar.

Por norma, historiadores e teóricos revelam pouco interesse recíproco a propósito das metodologias e objetivos que motivam a investigação dos seus campos disciplinares. Pior, não raras vezes, por impulsos e tradições corporativas, historiadores e teóricos assumiam percepções rivais, sublinhando as diferenças relativas a métodos, objetivos e resultados. Vários académicos dos dois campos disciplinares insistiam em alimentar a ideia da dicotomia entre a História e as RI, criando barreiras ao invés de pontes. Nessa lógica simplista e corporativa, historiadores refutam a utilidade da universalidade dos esquemas teóricos e, por seu lado, os cientistas políticos das RI afirmam que as RI já ultrapassaram o culto inútil dos detalhes da História Diplomática (VIGEZZI, 1992, p. 330-331).

No que diz respeito à Teoria das RI – aqui entendida como na sua matriz de subdisciplina da Ciência Política com objetivos de produzir teorizações – Vigezzi recorda que foi a necessidade de refletir sobre as causas e consequências da Grande Guerra que deu origem às RI (VIGEZZI, 1992, p. 330-332). A primeira guerra mundial foi o detonador político e intelectual que originou a urgência de pensar de forma mais sistemática esse fenómeno novo. A partir daqui, iniciou-se um pensamento crítico sobre os erros que determinaram a guerra e uma reflexão sobre como implementar novas ideias e práticas para organizar melhor a ordem internacional.

Esse novo pensamento sobre as relações internacionais originou um esforço de teorização que está na origem da invenção da disciplina, mas também originou críticas ao velho pensamento internacional captado pela História Diplomática. Segundo Vigezzi, os teóricos das RI olham para a História Diplomática como uma espécie de “ovelha negra” da área, devido à excessiva atenção que dá aos pormenores e ao tricô diplomático das chancelarias e dos tratados internacionais (VIGEZZI, 1992, p. 331).

Por um lado, a História Diplomática está presa a uma visão que já não é atual nem útil para compreender as relações internacionais contemporâneas. Por outro lado, os teóricos das RI tendem a perceber a disciplina da História de forma determinista e prisioneira do passado (VIGEZZI, 1992, p. 331-332). Nessa ótica, a História teria uma

tendência ontológica de justificar o curso dos acontecimentos com base numa lógica excessivamente consequencialista face a fatos e decisões do passado.

Vigezzi reconhece que a História está mais bem apetrechada para analisar o passado e o *longo prazo* do que para analisar o tempo presente. Por definição disciplinar, o trabalho do historiador está centrado na reconstrução de acontecimentos passados (VIGEZZI, 1992, p. 332). Já os teóricos das RI estão mais centrados na análise de acontecimentos do presente (VIGEZZI, 1992, p. 332).

Contudo, Vigezzi entende que os historiadores das RI devem tentar compreender o que seus colegas teóricos expõem sobre a História e suas limitações. Uma das limitações que são apontadas é a excessiva confiança nas fontes arquivísticas. Os teóricos sublinham que vários aspetos da pesquisa histórica tradicional são falíveis, sobretudo quando recorrem exclusivamente à documentação arquivística oficial, não utilizando de forma interligada outras fontes de explicação para captar a formulação das decisões em política externa (VIGEZZI, 1992).

As Relações Internacionais e a História no mundo anglo-saxônico: origens, fronteiras e pontes

No mundo anglo-saxônico, as primeiras instituições de estudo das relações internacionais estão profundamente ligadas à História, nomeadamente à História política contemporânea e à História Global do Presente *avant la lettre*. Em Londres, a Catham House (1920), em Nova York, o Council of Foreign Relations (1921) iniciam as suas revistas, *International Affairs* e *Foreign Affairs*, que eram profundamente históricas. Também os primeiros ciclos de estudos em RI na Universidade de Gales (1919) e na London School of Economics and Political Science (LSE), (1924) são predominantemente históricos. O próprio British Committee on the Theory of International Politics (BCTIP) (1959), que está na origem da Escola Inglesa (EI), tem uma forte ligação à História, comprovando que a EI sempre cultivou o diálogo com a História e possui uma marca genética histórica.

Mesmo antes da criação do BCTIP, não podemos esquecer o papel do historiador Edward Hallet Carr. Apesar de ser possível uma diversidade de interpretações sobre seu pensamento (KUBOLKOVA, 1998) é indesmentível sua importância intelectual na fundação das RI. Em primeiro lugar porque Carr (2001 [1939]) é o autor de um dos primeiros livros que pretende ser uma introdução ao estudo das relações internacionais. Em *The Twenty Years Crisis 1919 to 1939: An Introduction to the Study of International*

Relations, Carr apresenta uma das primeiras visões ecléticas – históricas e teóricas – sobre como analisar as relações internacionais. O autor interpreta a teoria e prática dos decisores e analistas das relações internacionais de acordo com uma moldura teórica e apresenta uma dicotomia básica sobre as suas visões do mundo: a realidade e a utopia. Carr faz uma leitura teórica da história das relações internacionais entre 1910 e 1939, interligando-a com a análise clássica em Ciência Política sobre o que existe face ao que deveria existir. O historiador também critica a visão excessivamente utópica e determinista dos objetivos da nova ciência política das relações internacionais, aquilo que designa como “a passionate desire to prevent war” (CARR, 2001, p. 8).

Carr é um dos primeiros a demonstrar que estudar as relações internacionais implica sempre uma motivação teórica. No seu outro livro clássico, *What Is History?* (CARR, 1961), Carr sublinha que fazer História é sempre uma interpretação motivada por escolhas e interesses teóricos do investigador. Assim, o historiador se assemelha a um pescador: escolhe o lugar para pescar – problema e abordagem de análise –, bem como o tipo de material com que pescar, ou seja, as metodologias e técnicas (CARR, 1961, p. 20-24). Embora o historiador se baseie em fatos e em fontes fidedignas, é necessário perceber que é ele também quem seleciona esses fatos e fontes. Assim, fazer História é um processo social que reflete um diálogo entre o passado dos fatos e o presente do historiador, bem como um contínuo processo de “moldagem dos seus factos à sua interpretação e da sua interpretação aos seus factos” (CARR, 1961, p. 29).

Embora com naturais ligações à Ciência Política, no Reino Unido as RI foram se desenvolvendo de forma mais autônoma e com uma maior preocupação interpretativa-historicista, estabelecendo ligações constitutivas com a História e a Teoria Política. Nos Estados Unidos, a regra foi as RI se especializarem numa disciplina integrada na Ciência Política, com preocupações metodológicas neopositivistas e com uma forte influência racionalista e neoeconômica. Comparativamente, a EI tem uma menor preocupação com a formalização de relações inferenciais e de construção de modelos neopositivistas de influência behaviorista. Nos Estados Unidos, as RI assumiram uma abordagem tendencialmente dedutiva, nomológica e empiricista, em contraste com a existência de uma abordagem mais interpretativa e crítica do empiricismo-positivista por parte da EI (MENDES, 2019a; 2019b).

Apesar da ambição inferencial e neopositivista, nos Estados Unidos mantiveram-se fortes relações entre historiadores e cientistas políticos que estudavam as relações internacionais com base em abordagens qualitativas, agenciais e processuais. Contudo, mesmo em diálogos qualitativos, mantiveram-se alguns debates.

O principal debate disciplinar foi relativo à questão clássica da divisão de trabalho disciplinar face aos objetivos de produzir teorias generalizáveis. Como sublinharam os historiadores continentais, o objetivo principal da História não é a produção desse tipo de teorias. O que não é o mesmo que afirmar que a História é atórica ou que não produz teorizações, como demonstram vários historiadores (SCHROEDER, 2001; TRACHENBERG, 2006; 2012). Por outro lado, relevantes teorias de RI se baseiam na História (MACKAY; LA ROCHE, 2020) e vários cientistas sociais sublinham o papel da História em estabelecer correlações comparativas, identificar mecanismos, processos e regularidades, bem como relações dialéticas e dinâmicas sobre os acontecimentos (TILLY; GOODIN, 2006; TILLY, 2006)(MAHONEY; SCHENSUL, 2006; COLLIER; MAZZUCA, 2006).

A questão fundamental não é relativa à simples dicotomia entre teóricos e não teóricos, mas sim perceber que a História e as RI utilizam a teoria de formas diferentes devido à distinção clássica entre objetivos ideográficos e nomotéticos (LEVY, 2001, p. 41). Embora atualmente essa dicotomia já não corresponda ao estado da arte da teoria da História (SIMON, 2019), ainda existe o mito disciplinar dessa distinção tradicional.

Contudo, ao nível das RI, persiste uma visão dominante sobre essa distinção, que afirma que na explicação histórica o principal objetivo é a identificação descritiva de determinados acontecimentos e seus processos únicos e particulares para se atingir uma interpretação compreensiva, subjetiva e contextual. Enquanto o principal objetivo dos cientistas políticos é a construção de modelos explicativos que consigam identificar relações entre variáveis que possam permitir atingir explicações generalizáveis sobre comportamentos políticos e sociais. Na realidade, essa divisão deve ser vista como um continuum e não como uma barreira fixa (KOLIOPOULOS, 2017, p. 5).

De qualquer modo, o que é relevante para a nossa discussão é que essa divisão deve ser enquadrada historicamente. Importa recordar que as RI solidificaram uma visão teórica que especializou a disciplina no quadro de uma ciência social e política do presente. Nesse processo, as RI desenvolveram um natural movimento de diferenciação e afastamento da História. Contudo, nos Estados Unidos sempre existiu um relacionamento disciplinar entre a História e as RI e consequentes movimentos de discussão interdisciplinar. Nesse quadro, um dos trabalhos clássicos é *Diplomacy, New Approaches in History, Theory and Policy*, liderado por Paul Lauren (1979). Aqui se apresentam as tradicionais percepções diferenciadoras das duas disciplinas. Historiadores e Cientistas Políticos das RI gostavam de alimentar debates sobre os méritos respectivos das suas disciplinas. Esses debates faziam eco das diferentes abordagens que História e Ciência Política privilegiavam para estudar o mesmo objeto de estudo: as relações internacionais. Essas diferenças se baseavam no diferente, e por vezes dicotômico, valor relativo que ambas as disciplinas

atribuíam à teoria e à intuição, à gíria conceitual e ao estilo e valor literário da prosa científica, bem como sobre o quantitativo e o qualitativo, sobre a análise explicativa versus a descrição narrativa, ou, ainda, sobre os paradigmas teóricos e a construção de modelos gerais e abstratos versus o valor intrínseco dos acontecimentos únicos e circunstanciados (LAUREN, 1979).

Outro marco na discussão entre a História e Ciência Política das RI nos EUA foi o número especial da *International Security* (SYMPOSIUM, 1997), depois desenvolvido no livro *Bridges and Boundaries* (ELMAN; ELMAN, 2001). Desde a publicação de *Bridges and Boundaries* vários trabalhos problematizaram a relação entre a História e as RI, mas podemos destacar dois, um de um teórico e outro de um historiador. O primeiro, *History and International Relations* (2003), é a súpula do trabalho de David Puchala sobre como usar a teoria para interpretar a história internacional, especialmente a descoberta e explicação de padrões históricos com o objetivo de descortinar um sentido na história das relações internacionais (PUCHALA, 2003, p. 5).

O segundo, *Tact and Intelligence: Essays on Diplomatic History and International Relations* (GRAIG et al., 2008), é uma homenagem ao historiador Gordon Alexander Craig, professor em Stanford e presidente da Associação Americana de História (1982), bem como um dos impulsionadores da *Society for Historians of American Foreign Relations* (SHAFR). A SHAFR patrocina desde 1977 a revista *Diplomatic History*, que é simultaneamente indexada em História (14/95, 2018 WOS) e em RI. Existem vários exemplos de revistas que são indexadas nas duas áreas, como a *Revista Brasileira de Política Internacional* no Brasil, ou a *Colombia Internacional* na Colômbia, que, apesar de serem revistas de referência em RI, também se consideram revistas de História (SJR, 2019). Mesmo a *Revista Brasileira de História* assume a sua interdisciplinaridade com a Ciência Política (SJR, 2019), bem como a *História da Historiografia*, que apresenta uma natural interdisciplinaridade com a Filosofia e a Teoria Política.

Todavia, *Bridges and Boundaries* permanece como o marco que reúne as melhores ideias sobre as fronteiras entre historiadores e cientistas políticos das RI, a começar pelas dicotomias passado/presente; descrição/explicação e correspondente necessidade de teorização:

political scientists are more likely to look to the past as a way of supporting or discrediting theoretical hypothesis, while historians are more likely to be interested in past international events for their own sake. Although political scientists might turn to the distant past, the study of 'deep' history is relevant to their research objectives only insofar as it enables them to

generate, test, or refine theory. By contrast, for the historian, the goal of theory building and testing is secondary – the past interests for itself (ELMAN; ELMAN, 2001, p. 7).

Por regra e treino metodológico, o historiador procura reconstruir um problema do passado, tentando escolher um tema inédito uma vez que a qualidade do seu trabalho também é medida por trazer para a História fatos novos. O historiador utiliza os fatos e as fontes históricas como um objetivo científico em si mesmo, diferentemente de um cientista político, que utiliza os fatos e as fontes históricas sobretudo com o objetivo de os explicar à luz de teorias. É possível dizer que, na História, o mais importante é a descoberta de fatos novos e a descrição original do que aconteceu. Nas RI, o mais importante é a construção de uma teoria ou conceitualização nova face a um determinado fenômeno ou processo social.

Todavia, a divisão entre passado e presente não capta a essência da História, uma vez que ela é sempre um diálogo entre o passado e o presente (BLOCH, 1997; CARR, 1961; KRATOCHWIL, 2006). A História não se define apenas pela lógica do passado, mas sobretudo pela lógica da temporalidade, da sua análise contextual e explicação processual.

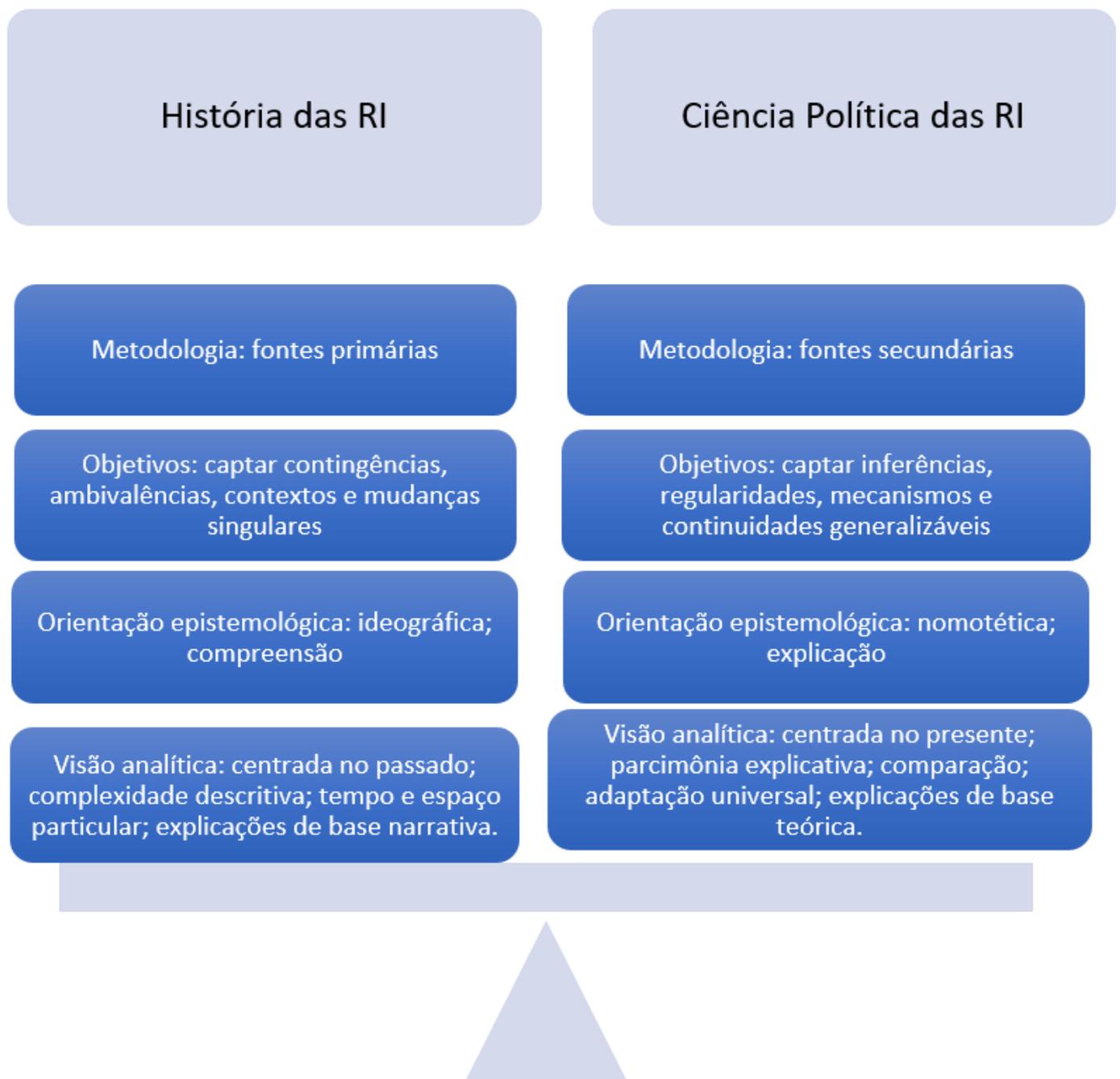
Como sublinhou Carr (1961), a história é analisada e construída socialmente do ponto de vista do presente e dos seus contemporâneos. Não podemos esquecer que todos, mulheres, homens, agentes políticos, historiadores e politólogos, somos *seres históricos* imersos em processos históricos. Vivemos e estudamos em contextos que estão em permanente diálogo com a dialética presente/passado e que influenciam a nossa investigação.

As diferenças entre a História e as RI remetem para as dicotomias clássicas entre explicação, compreensão/objetivismo/subjetivismo e sobre o valor relativo do universal ou do único. Por razões de espaço, não desenvolvemos essas questões e optamos por apresentar um quadro sintético (Figura 1) das principais diferenças, em abstrato, entre a abordagem da História e da Ciência Política em RI.

Apesar das diferenças e fronteiras, em abstrato, essa divisão é relativamente artificial na prática da investigação. As fronteiras disciplinares têm importância ao nível da formação básica dos académicos e das suas comunidades e são fundamentais na justificação institucional e corporativa das disciplinas, departamentos e associações profissionais, mas na prática da investigação sênior esbatem-se. Parece mesmo existir um fenómeno cíclico, de ascensão e queda, na defesa das soberanias

disciplinares. No início das carreiras existe um fervor disciplinar, mas à medida que a maturidade acadêmica avança, dá-se um movimento de libertação disciplinar em que a investigação tende a ser mais interdisciplinar e se busca a teorização transdisciplinar. Por outro lado, importa sublinhar que muitas vezes os disciplinadores oficiais dos campos científicos utilizam as fronteiras e os micropoderes disciplinares para camuflar suas debilidades intelectuais.

Figura 1 - Diferenciação disciplinar abstrata entre a História e as RI



Fonte: Elaboração do Autor.

Finalmente, convém referenciar o particular papel que os historiadores tiveram na invenção e solidificação das RI no mundo luso-brasileiro. Em especial no Brasil com o início do estudo e institucionalização das RI na Universidade de Brasília e sua escola histórica de RI (HERZ, 2002; LESSA, 2005, SARAIVA; CERVO, 2008; SARAIVA, 2005 SANTOS; FONSECA, 2009; ALMEIDA, 2014). Em Portugal, o início das RI também está ligado à visão da História das RI de influência francesa. Na sua origem, os cursos de RI em Portugal tiveram uma forte componente histórica. Embora essa componente histórica tenha sido diluída, refletindo o movimento de diferenciação aqui identificado, ainda hoje a História e os Historiadores de RI são importantes (MENDES, 2014).

O retorno da História e a importância do *pensamento histórico* em RI

Apesar dos movimentos disciplinares de aproximação da História às RI e das perspectivas mais reflexivas insistirem na indispensabilidade do pensamento histórico, a regra foi que as RI se autonomizaram, tentando se libertar da compreensão qualitativa de base histórica e caminhar para a teorização das relações internacionais numa lógica neopositivista e de formalização de variáveis que pretendiam encontrar inferências “if-then”.

Desde o segundo debate da disciplina, o empirismo neopositivista e a formalização racionalista foram ganhando terreno até se tornarem perspectivas epistemológicas dominantes na disciplina das RI, sobretudo nos EUA. Apesar das exceções marginais dos movimentos pós-positivistas, o pensamento *mainstream* nas RI foi construindo um discurso teórico-disciplinador sobre quais eram as boas práticas do conhecimento científico em RI. A identidade epistêmica dominante defendia que a investigação em RI era sinônimo da dedução e de metodologias nomológicas. Essa ideia dominante nas últimas décadas levou a História e suas metodologias qualitativas a serem relegadas para segundo plano.

Nesse quadro, o *pensamento histórico* foi sendo integrado numa guerra acadêmica, com ramificações metodológicas e epistemológicas, entre as abordagens clássicas e críticas das RI e as abordagens modernas e positivistas. Na lógica dominante e neopositivista, os cientistas políticos de RI olhavam para a História apenas como seu laboratório experimental.

Contudo, na virada do século acontece uma reinvenção construtivista nas RI (MENDES, 2012) e uma conseqüente ascensão das abordagens que consideram a importância da História e suas visões epistemológicas. Programas de investigação historicamente orientados, como o Construtivismo e as Teorias Críticas, mas também o

Neorrealismo Clássico e a Escola Inglesa, motivaram o retorno da História às RI. Nesse contexto, desenvolve-se um movimento disciplinar de aproximação à História que defende a libertação das RI da “prisão da Ciência Política” (ROSENBER, 2016; FORUM IR, 2017), bem como uma “viragem histórica” (MCCOURT, 2012) e “prática” nas RI. Este movimento historicista se revela na publicação de dois importantes *Handbook* da disciplina- *Handbook of the History: Philosophy and Sociology of International Relations* (2018) e *Routledge Handbook of Historical International Relations* (2021) – os primeiros a sair da caixa racionalista e a assumir uma clara visão reflexivista e histórica.

Contudo, as formas de a-historicismo não são fáceis de apagar, até porque foram consolidadas pela própria prática acadêmica e científica da comunidade de RI. Grande parte das abordagens racionalistas dominantes e mesmo algumas abordagens críticas não deixam de usar a História para comprovar suas teorias e explicações *post factum*. (ISACOFF, 2002; PUCHALA, 2003; HOBSON; LAWSON, 2008; LAWSON, 2012).

Existem duas formas principais de a-historicismo na disciplina das RI (LAWSON, 2012). A primeira é assumir a História como se fosse uma passagem das escrituras sagradas, como se contasse uma verdade absoluta e independente do seu contexto e tempo histórico. Nesse caso, a História é utilizada para demonstrar lições intemporais sobre o comportamento dos Estados e dos seus líderes. A questão é que, muitas vezes, essas lições, ou máximas, históricas, são descontextualizadas e utilizadas em situações que não são comparáveis.

A segunda forma é o que Lawson designa como “history as butterfly” (LAWSON, 2012, p. 207-213). Esta forma de pensar se baseia na ideia de que a História é um conjunto de pequenas particularidades contingenciais, episódicas e muitas vezes, aparentemente casuais que acidentalmente determinam o acontecimento de importantes fatos históricos. Essa abordagem tende a fetichizar o particular, excepcional e episódico, não conseguindo compreender que todo e qualquer acontecimento histórico, por mais particular ou excepcional que possa parecer, faz parte de um processo mais vasto e complexo.

Apesar de a história nunca estar predeterminada e o imprevisível fazer parte do seu devir, os processos históricos não são exatamente acidentais. É necessário compreender os seus complexos processos, em que vários e contínuos acontecimentos se interligam, criando sequências de eventos, enredos e movimentos. Embora muitas vezes não seja fácil e imediato discernir o seu sentido, os acontecimentos progridem de forma interligada, proporcionando o desenvolvimento de ciclos e *turning points* nas relações internacionais.

Como sublinharam os historiadores da escola francesa, a História das RI não deve se limitar ao culto do detalhe dos episódios particulares, mas antes perceber as “forças profundas” que explicam os acontecimentos (RENOUVIN; DUROSELLE, 1992).

Para além de contribuir para a assunção da importância das dinâmicas dos processos históricos e da relação dialética entre passado e presente, o movimento do regresso à História é importante para superar algumas das limitações do neopositivismo e suavizar a dicotomia entre objetivismo e subjetivismo (MCCOURT, 2012). Essa divisão eterna (LAWSON, 2012) nas ciências sociais teve ecos nos segundo, terceiro e quarto “grandes debates” das RI e não terá um “fim da história”. Ela continuará, de forma cíclica e readaptada, a interligar-se com o desenvolvimento dos contextos históricos e científicos e respectivos puzzles e debates teóricos.

Em RI essa divisão foi discutida no clássico *Explaining and Understanding* (HOLLIS; SMITH, 1991) e também reflete as fronteiras entre cientistas sociais e historiadores e suas respectivas visões mais neopositivistas ou mais interpretativo-reflexivas. Embora não seja exatamente simples ultrapassar essa dicotomia, a assunção do *pensamento histórico* é uma estratégia para possibilitar o desenvolvimento de linhas de investigação ecléticas. Isto é, que proporcionem *explicações compreensivas* que demonstrem, simultaneamente, teorizações e conhecimentos históricos (MENDES; 2018; 2020b; 2021a; 2021b; 2021c).

O regresso à História é um caminho possível para tentar ultrapassar essa dicotomia e mitigar “o naturalismo ontológico” das teorias racionalistas dominantes (MENDES, 2018, p. 63-464). É fundamental ter consciência da presença inelutável da história nas interpretações científicas, na construção de teorias e na invenção dos campos de estudo da Ciência Política (MENDES, 2019a; 2020a). A contextualização histórica das próprias propostas epistemológicas é uma boa resposta aos desafios da validade de conhecimentos e à superação dos problemas do monismo neopositivista e do subjetivismo relativista.

Nesse quadro, o *pensamento histórico* deve se refletir nas técnicas, métodos e conceitos usados no estudo das RI, contribuindo para a superação do a-historicismo do neopositivismo. Apesar de utilizarmos conceitos abstratos, é fundamental perceber as suas origens, evoluções e adaptações face à diversidade de tempos e espaços históricos. A começar pelos conceitos de *soberania* e *sistema internacional*, que não surgiram em 1648 (BARTELSON, 2014; FORUM, ISR, 2018), mas também perceber a temporalidade dinâmica de conceitos como, por exemplo: revolução (LAWSON, 2019); terrorismo; nacionalismo; imperialismo; populismo etc. Existe uma historicidade nos

próprios conceitos das ciências sociais que é fundamental assumir na análise das (R) relações (I) internacionais. Não podemos esquecer que tudo o que acontece na sociedade internacional é produto da História, quer como construção social, quer como percepção sobre o passado, quer ainda no seu papel de enquadramento do presente.

Por outro lado, o retorno à História contribui para uma aproximação das RI às práticas da diplomacia e política externa e ao mundo da decisão governamental. Por meio da aproximação à História, as RI mitigam os problemas do “vírus da teorização fetiche”, do seu fechamento na torre de babel e crescente irrelevância (MENDES, 2019b, p. 112).

O retorno da História se relaciona com a reinvenção reflexiva e pragmática das RI e com a sua necessidade de ser mais relevante na prática. Após uma distanciação excessiva do mundo real e das práticas da política internacional (DESCH, 2019), a disciplina das RI pode encontrar no retorno à História uma estratégia para ter mais relevância política e social. Como sublinha Kratochwil (2006) o retorno à História é fundamental para as RI desenvolverem uma visão mais próxima da realidade prática das relações internacionais, o que não significa uma visão atórica. Pelo contrário, a “practical turn” (ADLER; POULIOT, 2011) é um importante avanço teórico nas RI. Contudo, essa viragem prática não está isenta de problemas (KUSTERMANS, 2016; WALTER, 2019), mas uma das soluções é a sua ligação à História. Com efeito, os conhecimentos de uma teoria para a prática só são possíveis com base no conhecimento histórico (KRATOCHWIL, 2006; 2011).

Esse regresso à História remete para uma questão central: que tipo de conhecimento os acadêmicos de RI devem privilegiar na sua investigação? Devemos continuar a aumentar a “jaula da abstração” e prosseguir no caminho de formalização e empirização de grãos de areia? Ou devemos tentar diminuir o distanciamento entre o mundo acadêmico e o mundo político e desenvolver conhecimento útil e relevante para mudarmos o mundo?

Na nossa ótica, a segunda opção parece-nos aquela que melhor atinge os objetivos do projeto intelectual das RI (BUZAN; LITTLE, 2001; SMITH, 2004). Ao contrário da teorização excessivamente formal e abstrata, o regresso à História possibilita uma melhor relação entre a teoria e a prática das relações internacionais, bem como uma aproximação do mundo acadêmico ao mundo político (MCCOURT, 2012; KRATOCHWIL, 2006; 2018). Ainda que numa ótica politológica, as RI devem desenvolver trabalhos históricos, uma vez que a História tem uma especial capacidade para produzir conhecimento prático, aqui entendido como uma sabedoria prático-política ou *Phronésis* (MACCOURT, 2012).

O regresso à História originou uma maior disponibilidade intelectual para dialogar com historiadores, bem como novas avenidas teóricas sobre as limitações das leituras monistas e escriturais sobre as relações internacionais (LAWSON, 2012; VAUGHAN-WILLIAMS, 2005). Em simultâneo, esse regresso permite que as RI ganhem maior consciência sobre as limitações das ambições neopositivistas das suas teorias, assumindo a historicidade e reflexividade da sua produção (PUCHALA, 2003; MENDES, 2020a). Outra consequência do retorno à história foi a renovada importância dos estudos e análises narrativas como ferramenta para estudar e compreender os processos políticos (ROBERTS, 2006; SUGANAMI, 2008; MENDES, 2020c; 2021b; 2021c).

Como sempre acontece, não existe uma solução perfeita para a relação (in)disciplinar entre a História e as RI. Tensões relacionadas com a competição disciplinar (WOHLFORTH, 2001, p. 352-353) e até mesmo problemas relativos às tentações de colonialismo disciplinar (LAWSON, 2018) dificilmente acabarão. Contudo, é importante desenvolver diálogos críticos entre as duas disciplinas para se confrontarem de forma construtiva algumas das suas limitações. Do lado da história, é importante assumir a pluralidade de interpretações do passado e desmistificar as verdades absolutas. Sem cair na banalização metodológica e resvalar para o revisionismo pós-verdadeiro, é necessário relativizar o monismo ideológico e sublinhar a possibilidade de novas interpretações dos acontecimentos históricos. Por sua vez, os cientistas sociais têm uma tendência exagerada para alertarem para os problemas epistemológicos da História derivados do seu particularismo metodológico e dos seus princípios explicativos relativamente indeterminados.

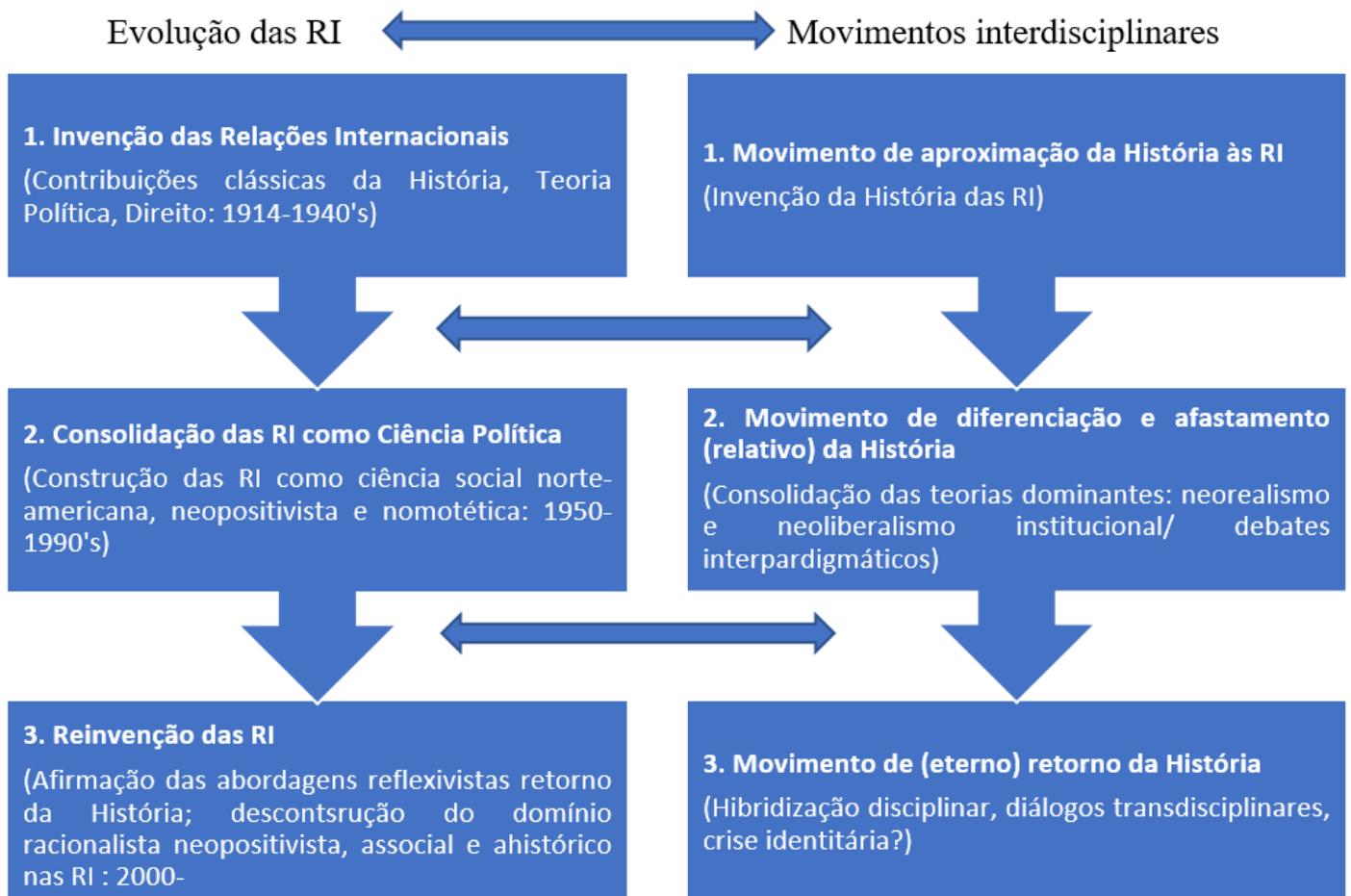
Os historiadores devem normalizar a ideia de que não existe uma verdade absoluta nas suas narrativas e os investigadores das RI devem igualmente normalizar a ideia de que não existe uma verdade intrínseca nas teorizações generalizáveis que procuram apresentar. Isso não significa o relativismo, nem o abandono dos padrões de rigor metodológico que devem nortear a investigação científica, mas é necessária uma maior humildade epistemológica no diálogo interdisciplinar.

Tudo isso não significa que seja possível e necessário apagar as naturais diferenças e estilos disciplinares de raciocínio e análise entre a História e as RI (ELMAN; ELMAN, 2001; JERVIS, 2001; SCHROEDER, 2001), mas importa desenvolver um maior diálogo eclético e interdisciplinar nas RI (MENDES, 2019b). Sobretudo o que designamos por *pensamento histórico* deve ser privilegiado no ensino e estudo das RI. Uma boa forma de explicar a importância do pensamento histórico é recorreremos à famosa metáfora sobre as imagens estáticas das fotografias e das imagens em movimento do cinema. Uma coisa é vermos várias fotografias isoladas e espaçadas no tempo, outra coisa é pegarmos nessas fotografias e tentarmos dar-lhe uma sequência e um significado

temporal. Essa capacidade de pegar em vários episódios das relações internacionais e conseguir interpretá-los de forma dinâmica, comparativa e temporal é essencial.

Ao contrário de várias análises fotogênicas que apresentam dados formalizados em equações, argumentando a sua objetividade, é necessário assumir que todos os dados e validações são históricos. Na vida humana nada existe fora da História, dos seus processos e contextos. Para compreendermos melhor as relações internacionais é necessário assumir a temporalidade processual da vida humana e dos fenômenos sociais. Em RI não basta tirar fotos do presente e identificar o que está acontecendo no imediato. As RI, como a História e a Sociologia, são uma disciplina que tem como missão produzir conhecimento (cinema) e não apenas informação (*snapshots*). Para tal, é importante que os acadêmicos de RI assumam a dinâmica temporal e processual das relações internacionais. Os fatos das relações internacionais não devem ser compreendidos de forma estática e atemporal, mas serem compreendidos de forma dinâmica e histórica. (Figura 2)

Figura 2 - Relação dialética entre a evolução das RI e seus movimentos interdisciplinares com a História



Fonte: Elaboração do autor.

Conclusão

Embora a relação entre as RI e a História tenha experienciado diversos caminhos e direções, existe uma constante inelutável: a História sempre teve um lugar central no estudo, pensamento e imaginação social da disciplina das RI.

Todavia, como argumentamos, é possível sintetizar essa relação por meio de três movimentos disciplinares principais. O primeiro é o que resulta da constatação sobre a necessidade de estudar as relações internacionais como objeto de estudo próprio e sistemático, dando origem à invenção das RI. Nesse primeiro momento existe um movimento em que várias disciplinas já consolidadas se vão reunir em torno da invenção da nova disciplina. Aqui tem particular destaque a História política e diplomática que, mesmo antes da invenção das RI, já se dedicava ao estudo das relações internacionais. Portanto, simultaneamente ao processo de invenção da disciplina das RI – que também incluiu historiadores – existiu um movimento de aproximação da História às Relações Internacionais. Daqui resultou no mundo anglo-saxônico a integração das abordagens clássicas, a começar pela História, nas RI, cujo melhor exemplo é a Escola Inglesa e, na Europa Continental, a transformação da História diplomática na nova História das Relações Internacionais, movimento liderado pela dupla Renouvin/Duroselle.

O segundo movimento disciplinar das RI face à História é um movimento de diferenciação e relativo afastamento, que resulta da consolidação teórica da disciplina das RI na sua vertente de Ciência Social Política. Como sublinhado, a consolidação da autonomia disciplinar das RI foi desenvolvida por meio de debates teórico-metodológicos que afirmaram sua componente de ciência política e minimizaram sua componente histórica e humanista clássica. Apesar de terem existido resistências ao domínio positivista e inferencial que a disciplina foi assumindo, e terem continuado alguns importantes legados históricos, humanísticos e dissidências críticas, a verdade é que durante seu período de afirmação (1950-1990) a disciplina das RI desenvolveu um movimento de relativo afastamento face à História.

Finalmente, na virada do século, e até a atualidade, tem-se assistido a um progressivo movimento de retorno da História às RI. Esse movimento se enquadra na mudança reflexiva e eclética das RI e é relevante para desconstruir as dicotomias clássicas do pensamento monista neopositivista dominante. Com esse movimento, a disciplina das RI mitiga o neopositivismo, ganha sensibilidade reflexiva e desenvolve uma melhor aproximação ao mundo da decisão política, permitindo-lhe ter mais relevância social. O retorno à História possibilita uma maior intersubjetividade reflexiva do conhecimento

produzido pelas RI e uma melhor compreensão construtivista dos significados simbólicos das identidades e do seu nexos causal entre o passado e o presente.

Contudo, como observado, continuam a existir tensões e divisões disciplinares – acadêmicas, políticas, ontológicas, epistemológicas e metodológicas – entre a História e as RI. Essas tensões são antigas e reaparecem regularmente, mesmo em trabalhos que tentam desenvolver pontes entre as duas disciplinas. As identidades disciplinares, como as identidades nacionais, são processos sociais históricos que não são possíveis de apagar. Agora, exatamente como com os estados, é possível tentar limitar as guerras disciplinares e promover a cooperação interdisciplinar.

Historiadores e Cientistas Políticos das RI concordam que, apesar de poderem estudar os mesmos fenômenos, o fazem de forma diferente. Também concordam que por razões corporativas, institucionais e acadêmico-disciplinares se foram construindo identidades epistêmicas históricas diferenciadas, muitas vezes percebidas como dicotômicas. Finalmente, também concordam que a História e as RI são disciplinas com relações próximas. Apesar dessa proximidade, é importante reconhecer e honrar as diferenças e fronteiras entre a História e as RI. Os historiadores não são cientistas políticos, nem devem querer se transformar em cientistas políticos à custa da eliminação da sua identidade histórica, o mesmo caso se aplica aos cientistas políticos que fazem trabalhos históricos. Isso não significa a defesa de muros disciplinares. É o contrário, as RI se afirmam pelo diálogo interdisciplinar. As RI devem desenvolver pontes interdisciplinares, integradoras e ecléticas, que não excluam nenhuma perspectiva paradigmática particular.

De qualquer forma, existem dois pilares que constituem uma ponte segura de ligação entre historiadores e cientistas políticos no estudo das relações internacionais. O primeiro é o seu objeto de estudo: as relações internacionais, a política internacional e a política externa. O segundo está ligado a fundamentos epistemológicos e ontológicos comuns, a saber:

- a interpretação qualitativa e reflexiva.
- a incerteza e a co-constituição dinâmica dos processos, estruturas e agentes das relações internacionais.

Da mesma forma que as RI não deviam ter abandonado a História no passado, também defendemos que as RI não devem agora abandonar a Ciência Política e sua identidade disciplinar e se tornar uma disciplina “catch all”, ou mesmo deixarem de ser

uma disciplina. A nossa argumentação não é a de eliminar a pluralidade de identidades epistêmicas dentro das RI e suas eternas relações interdisciplinares. A questão fundamental não é identificar, ou eliminar, as diferenças, que sempre existiram, entre a História das RI e a Ciência Política das RI, mas sim a de perceber a importância do *pensamento histórico* para as RI.

O *pensamento histórico* permite enquadrar compreensivamente os episódios particulares do presente numa sequência temporal de acontecimentos e processos que se estendem por períodos mais amplos, o que aumenta consideravelmente a capacidade explicativa das RI. Para compreender e estudar melhor as relações internacionais, é preciso dominar as noções de temporalidade e contextualização histórica. Situar os fatos e fenômenos das relações internacionais na sua temporalidade é essencial para compreender a complexidade das suas dinâmicas políticas e sociais, passadas e presentes. Como gostamos de salientar, os acadêmicos de RI não podem se tornar especialistas em grãos de areia e não saber o que é uma praia. Ora, precisamente, o *pensamento histórico* é uma das melhores formas para compreendermos como é que os grãos de areia se transformam numa praia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais e a Revista Brasileira de Política Internacional: contribuição intelectual (1954 a 2014). **Meridiano 47: Journal of Global Studies**, Brasília, v. 15, n. 146, p. 3-18, 2014.

ADLER, E; POULIOT, V. (ed.). **International Practices**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

BARTELSON, Jens. **Sovereignty as Symbolic Form**. London: Routledge, 2014.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Europa-América, 1997.

BOURDIEU Pierre. Le champ scientifique. **Actes de la recherche en sciences sociales**, Lyon, v. 2, n. 2-3, p. 88-104, 1976.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa, Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Paris: Minuit. 1984.

BULL, Hedley. International Theory: the case of classical approach. **World Politics**, Cambridge, v. 18, n. 3, p. 361-377, 1966.

BUZAN, Barry; LITTLE, Richard Why International Relations has Failed as an Intellectual Project and What to Do About It. **Millennium**, Viseu, v. 30, n. 1, p. 19-39, 2011.

BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. **International System in World History**: Remaking the Study of International Relations. Oxford: OUP, 2000.

CARR, Edward. **The Twenty Years Crisis 1919 to 1939**: An Introduction to the Study of International Relations. London: Palgrave. 2001 [1939].

CARR, Edward. **What is History?** London: Penguin, 1961.

CERVO, Amado L. **Inserção internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

COLLIER, R., B.; MAZZUCA, S. Does History Repeat? *In*: GOODIN, Robert E.; TILLY, Charles. (ed.). **The Oxford handbook of contextual political analysis**. New York: Oxford University Press, 2006, p. 472-489.

CRAIG, Gordon Alexander. On the nature of diplomatic history: The relevance of some old books. *In*: CRAIG, Gordon Alexander. **Tact and intelligence**: essays on diplomatic history and international relations. Palo Alto: SPSS, 2008. p. 21-42.

DE CARVALHO, B.; COSTA LOPEZ, J.; LEIRA, H. **Routledge Handbook of Historical International Relations**. New York: Routledge, 2021.

DESCH, Michael. **Cult of the Irrelevant**: The Waning Influence of Social Science on National Security. Princeton: PUP, 2019.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. L'étude des Relations Internationales. Objet, méthodes, perspectives. **Revue Française de Science Politique**, Lyon, v. 56, p. 676- 701, 1952.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Tout empire périra**: théorie des Relations Internationales. Paris: Armand Colin, 1992.

ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam F. (ed.). **Bridges and Boundaries**: Historians, Political Scientists, and the Study of International Relations. Cambridge: MIT Press, 2001.

FORUM IR. Forum on IR in the Prison of Political Science. **International Relations**, [s.l.] v. 31, n. 1, p. 71-75, 2017.

FORUM ISR. Forum: In the Beginning there was No Word (for It): Terms, Concepts, and Early Sovereignty. **International Studies Review**, Oxford, v. 20, n. 3, p. 489-519, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Power/Knowledge**. New York: Pantheon, 1980.

GOFAS, Andreas; HAMATI-ATAYA, Inanna; ONUF, Nicholas (ed.). **Handbook of the History, Philosophy and Sociology of International Relations**. New York: Sage, 2018.

HERZ, Mônica. O Crescimento da área de relações internacionais no Brasil. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 7-40, 2002.

HOBSON, John, LAWSON George. What Is History in International Relations? **Millennium**, Viseu, v. 37, n. 2, p. 415-435, 2008.

HOFFMANN, Stanley. An American Social Science: International Relations. **Daedalus**, Cambridge, v.106, n. 3, p. 41-60, 1977.

HOLLIS, Martin; SMITH, Steve. **Explaining and Understanding International Relations**. Oxford: Clarendon Press, 1991.

ISACOFF, Jonathan. On the historical imagination of International Relations: The case for a 'Deweyan reconstruction. **Millennium**, Viseu, v.31, n. 3, p. 603-626, 2002.

JERVIS, R. International history and international politics: Why are they studied differently? *In*: ELMAN, C.; ELMAN, M. (ed.). **Bridges and Boundaries: historians, Political Scientists, and the study of International Relations**. Cambridge: MIT Press, 2001. p. 385-402.

KOLIOPOULOS, C. International Relations and the Study of History. **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**, Oxford: Wiley-Blackwell, 2017.

KRATOCHWIL Friedrich. **Praxis: On Acting and Knowing**. Cambridge: CUP, 2018.

KRATOCHWIL, Friedrich. History, Action and Identity: revisiting the second great debate and assessing its importance for social theory. **European Journal of International Relations**, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 5-29, 2006.

KRATOCHWIL, Friedrich. Making Sense of 'International Practices'. *In*: ADLER, E.; POULIOT, V. (ed.). **International Practices**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 36-60.

KUBÁLKOVÁ, Vendulka. The Twenty Year's Catharsis: E.H. Carr and IR. *In*: KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul (ed.). **International Relations in a constructed World**. NY: M.E. Sharpe, 1998. p. 25-57.

KUSTERMANS, J. Parsing the Practice Turn: Practice, Practical Knowledge, Practices. **Millennium**, Viseu, v. 44, n. 2, p. 175-196, 2016.

LAUREN, Paul Gordon. **Diplomacy, New Approaches in History, Theory and Policy**. London: Free Press, 1979.

LAWSON, G. International relations as a historical social science. *In*: GOFAS, Andreas; HAMATI-ATAYA, Inanna; ONUF, Nicholas (ed). **Handbook of the History, Philosophy and Sociology of International Relations**. New York: Sage, 2018. p. 75-89.

LAWSON, G. **Anatomies of Revolution**. Cambridge: CUP, 2019.

LAWSON, G. The eternal divide? History and International Relations. **European Journal of International Relations**, [s.l.], v.18, n. 2, p. 203-226, 2012.

LESSA, Antônio C. Instituições, atores e dinâmicas do ensino e da pesquisa em Relações Internacionais no Brasil: o diálogo entre a história, a ciência política e os novos paradigmas de interpretação. **Rev. Bras. Polít. Int**, Brasília, v. 48, n. 2, p. 169-184, 2005.

LEVY, J. S. Explaining events and testing theories: History, political science, and the analysis of international relations. *In*: ELMAN, C.; ELMAN, M. (ed.). **Bridges and Boundaries: historians, Political Scientists, and the study of International Relations**. Cambridge: MIT Press, p. 39-83, 2001.

LUARD, Evan (ed). **Basic Texts in International Relations: the evolution of ideas about International Society**. London: Macmillan, 1992.

MACEDO, J. B. **História Diplomática Portuguesa**. Constantes e Linhas de Força, IDN: Lisboa, 1987.

MACKAY, J.; LAROCHE, C. Historical Theories of International Relations. **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**, Oxford: Oxford University Press, 2020.

MAHONEY, J.; SCHENSUL, D. Historical Context and Path Dependence. *In*: GOODIN, Robert E.; TILLY, Charles. (ed.). **The Oxford handbook of contextual political analysis**. New York: Oxford University Press, 2006. p. 454-471.

McCOURT, David. What's at Stake in the Historical Turn? Theory, Practice and Phronēsis in International Relations. **Millennium**, Viseu, v. 41, n.1, p. 23-42, 2012.

MENDES, P. E. A (re) invenção das relações internacionais na viragem do século: o desafio do construtivismo. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 36, p. 105-118, 2012.

MENDES, P. E. As relações internacionais como ciência social: dialética entre história e teoria. *In*: SOUSA, F.; MENDES, P. (ed.). **Dicionário das Relações Internacionais**, Porto, Afrontamento, 2014. p. xvi-xxxvi.

MENDES, P. E. Identidade, ideias e normas na construção dos interesses em política externa: o caso português. **Análise Social**, Lisboa, 227, LIII (2), p. 458-487, 2018.

MENDES, P. E. The birth of International Relations as a social science: a comparative analysis of the Anglo-American world and continental Europe. **Austral: BJS&IR**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 19-50, 2019a.

MENDES, P. E. As teorias principais das Relações Internacionais: uma avaliação do progresso da disciplina. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 61, p. 95-122, 2019b.

MENDES, P. E. R(r)elações I(i)nternacionais, Realismo e Análise da Política Externa (APE): contextualizando a invenção da APE. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 64-88, 2020a.

MENDES, P. E. Percepções e imagens na política externa do Estado Novo: a importância do triângulo identitário. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 63 n. 3, p. 1-35, 2020b.

MENDES, P. E. Os dilemas da renovação na continuidade e o legado de Marcello Caetano: do outono ao inverno. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. 1-36, 2020c.

MENDES, P. E. Marcelo Caetano, do idealismo da juventude à política real (1906-1944): uma teorização histórico-sociológica. **Tempo Social**, São Paulo, v. 33, n.1, p. 121-144, 2021a.

MENDES, P. E. Os choques percecionais do falhado processo de descolonização de Timor (1974-1975). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 87, v. 42, p. 255-279, 2021b.

MENDES, P. E. Marcelo Caetano e a sua circunstância rumo à liderança: poder simbólico, ambição e adaptação. **Opinião Pública**, Campinas, v. 27, n. 3, p. 1024-1057, 2021c.

PUCHALA, Donald. **Theory and History in International Relations**. London: Routledge, 2003.

RENOUVIN Pierre. **Histoire des relations internationales**. Tomes 7 et 8. Les Crises du xxe siècle. I, De 1914 1929. II. De 1929-1945. Paris: Hachette, 1957/1958.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introduction à l'Histoire des Relations Internationales**. Paris: A. Colin, 1964.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introduction à l'Histoire des Relations Internationales**. Paris: A. Colin, 4^a edition, 1991.

ROBERTS, Geoffrey. History, Theory and the Narrative Turn in IR. **Review of International Studies**, Cambridge, v. 32, n. 4, p. 703-714, 2006.

ROSENBERG, Justin. International Relations in the Prison of Political Science, **International Relations**, Califórnia, v. 30, n. 2, p. 127-153, 2016.

SANTOS, Norma Breda dos; FONSECA, Fúlvio Eduardo. A pós-graduação em relações internacionais no Brasil. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 353-380, 2009.

SARAIVA, José Flávio; CERVO, Amado (org.). **O crescimento das relações internacionais no Brasil**. Brasília: IBRI, 2005.

SCHMIDT, Brian; GUILHOT, Nicolas. (ed.). **Historiographical Investigations in International Relations**. London: Palgrave Macmillan, 2019.

SCHROEDER, P. W. International history: Why historians do it differently than political scientists. *In*: ELMAN, C., ELMAN, M. (ed.). **Bridges and Boundaries: historians, Political Scientists and the study of International Relations**. Cambridge: MIT Press, 2001, p. 403-416.

SIMON, Z. B. Os teóricos da História possuem uma Teoria da História? Reflexões sobre uma não disciplina. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 12, n. 29, 28 abr. 2019.

SMITH, Steve. Singing Our World into Existence: International Relations Theory and September 11, **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 48, n. 3, p. 499-515, 2004.

SUGANAMI, Hidemi. Narrative Explanation and International Relations: Back to Basics. **Millennium**, Viseu, v. 37, n. 2, p. 327-356, 2008.

SUZUKI, S, ZHANG, Y, QUIRK, J. (eds). **International Orders and the Early Modern World**. Abingdon: Routledge, 2014.

SYMPOSIUM: HISTORY AND THEORY, **International Security**, v. 22, n. 1. 1997.

TEIXEIRA, Nuno. Portugal. *In*: FREIRE, M. (ed.). **Política Externa**: as Relações Internacionais em Mudança. 2 ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. p. 355-364.

TILLY, Charles; GOODIN, Robert. It Depends. *In*: GOODIN, Robert E.; TILLY, Charles. (ed.). **The Oxford handbook of contextual political analysis**. New York: Oxford University Press, 2006a. p. 3-34.

TILLY, Charles. Why and How History Matters. *In*: GOODIN, Robert E.; TILLY, Charles. (ed.). **The Oxford handbook of contextual political analysis**. New York: Oxford University Press, 2006b. p. 417-434.

TRACHTENBERG, M. **The Cold War and After**: History, Theory, and the Logic of International Politics. Princeton: PUP, 2012.

TRACHTENBERG, M. **The Craft of International History**. Princeton: PUP, 2006.

VAUGHAN-WILLIAMS, Nick. International Relations and the problem of History. **Millennium**, Viseu, v. 34, n. 1, p. 115-136, 2005.

VIGEZZI, Brunello. **L'Italia di fronte alla prima guerra mondiale**. L'Italia neutrale. Milano-Napoli: Ricciardi, 1966.

VIGEZZI, Brunello. **Politica estera e opinione pubblica in Italia da l'Unità ai nostri giorni (1855-1980)**: orientamenti degli studi e prospettive di ricerca. Milão: Edizioni Universitarie Jaca, 1991.

VIGEZZI, Brunello. **L'Italia di fronte alla prima guerra mondiale**. Milão: Mondadori Bruno, 2017.

VIGEZZI, Brunello. **The British committee on the Theory of International Politics (1954-1985)**: the rediscovery of History. Milão: Edizioni Unicopli, 2005.

VIGEZZI, Brunello. Théoriciens et Historiens des relations internationales: discussions et perspectives. *In*: DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Tout empire périra**. Paris: Armand Colin, 1992, p. 330-346.

WALTER, T. The road (not) taken? How the indexicality of practice could make or break the 'New Constructivism'. **European Journal of International Relations**, [s.l.], v. 25, n. 2, p. 538-561, 2019.

WOHLFORTH, Postscript: Historical science and Cold War scholarship. *In*: ELMAN, C., ELMAN, M. (eds). **Bridges and Boundaries**: historians, Political Scientists and the study of International Relations. Cambridge: MIT Press, 2001. p. 351-358.

ZARAKOL, A. **Before the West**: The Rise and Fall of Eastern World Orders (LSE International Studies). Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS / INFORMACIÓN ADICIONAL

BIOGRAFIA PROFISSIONAL

Pedro Emanuel Mendes é um cientista político com especial interesse na interação entre ideias, factos, poder e conhecimento. É Doutorado em Relações Internacionais pela FCSH da Universidade Nova. É investigador Auxiliar do IPRI-NOVA e Professor Auxiliar de Relações Internacionais. Tem dezenas de trabalhos publicados nas suas áreas de interesse: Teoria das Relações Internacionais, Análise da Política Externa, Teoria Política; Elites e História Contemporânea. Os seus artigos aparecem na *Análise Social*; *Relações Internacionais*; *Brazilian Journal of International Relations*; *População e Sociedade*; *Estudos Internacionais*; *Austral*; *Tempo e Argumento*; *Dados*; *Tempo Social*; *Revista Brasileira de História*; *História da Historiografia*; *Opinião Pública* e *Ler História*.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

IPRI-NOVA, Rua D. Estefânia, 195, 5º Dto., 1000-155, Lisboa.

FINANCIAMENTO

Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Portugal no quadro do EEC- FCT, IPRI, FCSH-NOVA.

CONFLITO DE INTERESSE

Nenhum conflito de interesse declarado.

APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA

Não se aplica.

MODALIDADE DE AVALIAÇÃO

Duplo-cega por pares.

EDITORAS RESPONSÁVEIS

Flávia Varella – Editora-chefe.

Luisa Rauter Pereira – Editora executiva.

DIREITOS AUTORAIS

Copyright © 2022 Pedro Emanuel dos Santos Mendes.

LICENÇA

Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



HISTÓRICO DE AVALIAÇÃO

Recebido em: 1 de abril de 2021.

Alterado em: 13 de junho de 2021.

Aprovado em: 21 de junho de 2021.